



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
CÂMPUS SAPUCAIA DO SUL

Processo administrativo nº 23164.000471.2017-05

Denúncia nº 01/2017

Denunciante: Luis Ricardo Pedra Pierobon

Denunciado: Mack Léo Pedroso

Órgão julgador: COE Local – Câmpus Sapucaia do Sul

O candidato Luis Ricardo Pedra Pierobon ofereceu denúncia em face do candidato Mack Léo Pedroso, imputando a este a reponsabilidade por suposta realização de campanha antecipada mediante existência de comentários, por parte de servidora do Câmpus, em sua página publicada em rede social (Facebook). Anexou comprovantes da referida publicação às fs.05 e 06.

Devidamente notificado (f.08), o denunciado apresentou defesa (f.11). Aduz que a autoria pela publicação não pode ser imputada ao denunciado, na medida em que a publicação fora feita pela servidora “apoiadora” do candidato denunciado.

Também mencionou que o conteúdo publicado, “Grande Mack e equipe!!! Vamos votar para garantir a democracia e educação mais humana no Câmpus.” não caracteriza campanha, ao passo que não caracteriza demonstração explícita de postulação ao cargo, conforme preconiza o Art. 30, §1º, do regulamento.

Aduz também que a página não tem cunho eleitoral, pois trata-se de página do diretor geral do Câmpus, existente desde 2013, que serve como instrumento de comunicação entre a comunidade escolar e a direção geral.

Por fim, menciona ser inválida a denúncia sob alegação de ser ela anônima e sem autoria, pois não fora assinada pelo denunciante, fator este que descaracteriza a denúncia como documento oficial. Também menciona que a denúncia não está fundamentada adequadamente e que registra o apontamento 4 de sua defesa como forma de contribuir com o trabalho da COE Local.

E o relatório.

Primeiramente cumpre destacar que cabe a esta COE Local a apreciação quanto a legitimidade da denúncia, bem como a apreciação de sua fundamentação, estando o denunciado adstrito à apresentação de sua defesa quanto aos fatos aduzidos na denúncia.

De mais a mais, não é de se considerar a denúncia como anônima e sem fundamentação, na medida em que consta claramente no documento a identificação do denunciante (inclusive com número de matrícula e identidade) e do denunciado. Também não carece de fundamentação, pois a publicação de frases relativas à campanha e aos candidatos em páginas de redes sociais antes da data de abertura da campanha oficial pode, dependendo do caso concreto, ser caracterizada como campanha antecipada com incurso no Art. 30, §4º, do regulamento das eleições.

Quanto ao mérito da denúncia, valorando as alegações e documentos trazidos aos autos, é possível constatar que não se trata de página criada pelo candidato denunciado com o objetivo de fazer campanha, ao passo que, conforme alegado em sua defesa, a página referida fora criada bem antes ao período eleitoral com o objetivo de criar um canal de comunicação entre a direção e a comunidade acadêmica. Tal alegação pode ser constatada na página anexada à denúncia, ao passo que o denunciado não faz menção, exceto o comentário da servidora aparentemente apoiadora da chapa, a qualquer informação referente ao processo eleitoral de 2017, no qual concorre ao cargo de diretor geral.

Contudo, é possível observar cunho eleitoral na publicação feita pela servidora Bianca, na medida em que promove apologia ao candidato denunciado, em data anterior a de início da campanha oficial, instigando a comunidade acadêmica a votar no referido candidato e emitindo juízos seus com relação à gestão do denunciado. Tais publicações, por parte da servidora, caracterizam divulgação à comunidade acadêmica e ao público da página da rede social referida de demonstrações explícitas de postulação ao cargo, mediante o que preconiza o Art. 30, § 4º, do regulamento das eleições.

Todavia, conforme mencionado pelo denunciado em sua defesa, não fora este o responsável pela publicação, não tendo ele também como impedir que apoiadores publiquem tais frases em sua página, na qual não constava qualquer informação de cunho eleitoral antes do comentário inserido na rede pela servidora Bianca. Assim sendo, não se pode imputar ao candidato denunciado a autoria pela prática da publicação referida, sendo este parte ilegítima para figurar como denunciado.

Vale ressaltar também a possibilidade de haver, segundo o regulamento, denúncias contra eleitores, em razão de irregularidades por esses praticadas nas eleições, e não apenas contra candidatos (Art. 35, §1º).

Por tais razões, deliberam os membros desta COE Local pelo indeferimento da presente denúncia.

Intime-se.

Publique-se na página oficial do Instituto.

Disponibiliza-se uma cópia física para o denunciante (Art. 35, §6º).

Sapucaia do Sul, 20 de Março de 2017.


Aline Severo da Silva


Frederico Kleinschmitt Junior


Rafael Scherolt Olicheski


Roger Savandaj Elias


Alysson Hubner


Stefanie Thais Loyola